



Papel das Universidades Comunitárias de Ensino Superior de Santa Catarina para o Desenvolvimento Regional

Janir de Quadra Paim, Cristina Keiko Yamaguchi

RESUMO

O presente trabalho objetiva-se, evidenciar e avaliar as percepções da comunidade organizada acerca da interação regional das Instituições Comunitárias de Ensino Superior - ICES catarinenses. O estudo será realizado junto as ICES caracterizadas como comunitárias do estado de Santa Catarina, e visa conhecer as ações de interação com a comunidade que contribuem para o desenvolvimento regional. As ICES são consideradas agentes capazes de promover impulsos significativos, porém, não há uma clareza quanto a percepção da comunidade onde estão sediadas as ICES, sobre o efetivo papel e a participação das ICES na propulsão do desenvolvimento da região regional onde elas estão inseridas. A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de natureza interdisciplinar, quanto aos procedimentos metodológicos classificam-se como descritiva, exploratória, de métodos mistos (quali-quantitativa), com concepções construtivistas. As ICES possuem papel de grande importância como agentes de desenvolvimento, pois com o crescimento e as ações destas instituições, permitem uma formação técnica de qualidade e conseguem formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento local e regional. Verifica-se que para as ICES serem protagonistas do desenvolvimento regional, precisam proporcionar um relacionamento cooperativo com os órgãos representativos dos municípios e da região, bem como com as entidades de classe da comunidade organizada.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino superior possuem papel de grande relevância para o desenvolvimento das comunidades regionais, interagindo como agentes de formação não apenas técnica, mas formação de cidadãos, comprometidos com o crescimento e melhoria das relações de vida em sociedade. Neste contexto as universidades comunitárias surgem como resultado de um esforço de comunidades regionais em construir seus espaços de ascensão social, tendo em vista o não oferecimento por parte do Estado desta condição. Desta maneira devido as transformações econômicas, políticas e sociais, surge a expectativa de mobilização de setores da sociedade para uma melhor qualidade de vida por meio da educação (FRANTZ, 2004).

A origem das instituições de ensino superior no Brasil, são diversificadas, devido as características regionais em que surgem, passando ainda durante o período de sua evolução por diversas formatações. No sul do Brasil, devido a característica da colonização ocorrida, em que o espírito comunitário era parte integrante do povo colonizador, surge no Rio Grande do Sul as escolas comunitárias, tendo estas Instituições de Ensino raízes religiosas, porém, não se restringiram a seus interesses e nem foram assistidas financeiramente por estas instituições (VOGT, 2009).

Em Santa Catarina as universidades comunitárias começaram a ser constituídas na década de 1960, com o objetivo de interiorização do ensino superior, e iniciando suas atividades via fundações educacionais criadas pelos municípios, pois neste período o ensino superior era ofertado apenas na capital do Estado ou nos estados vizinhos do Paraná e do Rio Grande do Sul.

O discurso das Instituições comunitárias gaúchas e catarinenses quanto a sua origem e identidade pública não estatal, são fatos reafirmados de maneira insistente nos documentos



das universidades e pelas entidades representativas. Para algumas vertentes de instituições comunitárias este discurso é apenas um acessório, porém para as comunitárias regionais é o elemento central do discurso, sendo que o caráter comunitário é expresso nas diversas formas de relação das universidades com a sociedade civil e o poder público, na participação de integrantes da comunidade regional nas decisões da universidade e na gestão democrática das instituições (SCHMIDT, 2010).

Uma das primeiras conquistas deste modelo de universidade, foi o reconhecimento na Constituição Federal de 1988, que incorporou o termo “comunitária” em seu artigo 213 prevendo a possibilidade de que as instituições assim denominadas, fossem destinatárias de verbas públicas. Desta maneira, com a denominação de “públicas não-estatais”, as universidades comunitárias buscam conquistar um espaço que não pertence ao estritamente público e nem ao estritamente privado (BITTAR 2009).

A partir de 2008, as entidades representativas das universidades comunitárias gaúchas e catarinense, Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) tomaram a iniciativa de formular e propor ao Governo Federal e ao Congresso Nacional um projeto de lei das instituições comunitárias. Assim, através da Associação Brasileira das Universidade Comunitárias – (ABRUC), em 2009 as entidades representativas da Universidades comunitárias brasileiras incluindo a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – (ANEC) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – (ABIEE), unificaram o discurso em uma ação a favor do marco legal pelo qual o estado e a sociedade passassem a reconhecer estas instituições com características distintas das privadas (SCHMIDT, 2010).

A ação das universidades comunitárias fez com que fossem reconhecidas de maneira diferenciada das universidades particulares, e em 2013, foi aprovada a Lei 12.881, conhecida como lei das Comunitárias, a qual caracteriza este tipo de IES, colocando-a em um patamar especial, pois as diferencia das universidades particulares e das universidades públicas determinando características específicas das comunitárias.

A partir deste reconhecimento das Universidades comunitárias através da lei, as mesmas passaram a ter novas perspectivas de sustentabilidade econômica financeira para continuarem suas atividades e cumprir o papel que exercem de extrema importância para o desenvolvimento regional, pois com o devido reconhecimento, passam a ter a condição de acesso a editais públicos de fomentos a pesquisa e extensão que até então era de exclusividade das Universidades Públicas.

A partir da lei das Comunitárias, as ICES *locus* deste estudo foram alçadas a uma nova condição, com novas oportunidades e desafios que devem ser considerados nas suas estratégias de desenvolvimento, e continuidade de agentes promotores do desenvolvimento regional. Pela origem social e relação histórica e conceitual com a comunidade, surge como problema desta pesquisa saber como a comunidade organizada percebe a interação regional das Instituições Comunitárias de Educação Superior – (ICES) de Santa Catarina?

Para alcançar a reposta do problema proposto, se estabelece os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Compreender as percepções da comunidade organizada acerca da interação regional das ICES catarinenses.

Objetivos específicos

Como objetivos específicos que irão contribuir para alcançar o êxito desta pesquisa, estão sendo estabelecidos os seguintes pontos:



- 1) Caracterizar as ICES, incluindo breve histórico de sua constituição no Brasil e em Santa Catarina;
- 2) Descrever as diferentes ações realizadas pelas ICES, que podem contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional;
- 3) Calcular os índices de inserção regional das instituições de ensino superior das ICES;
- 4) Avaliar e Identificar as percepções da comunidade organizada sobre as propostas e as atuações das ICES, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

Em Santa Catarina as universidades comunitárias nascem a partir de preocupações dos diversos segmentos sociais em alavancar o desenvolvimento regional, onde estes empreendimentos foram resultados da associação de esforços dos segmentos sociais, que envolveram o poder público municipal e as entidades organizadas da sociedade civil, que mantinham preocupação em proporcionar o desenvolvimento regional na área social, econômica e cultural, devido estarem em regiões pouco assistidas pelos poderes públicos estaduais e federais (MACHADO, 2009).

No final da década de 50 o estado de Santa Catarina não possuía universidades, sendo que a maioria dos jovens que pretendiam cursar o ensino superior, deslocavam-se para os estados vizinhos, ou para o Rio de Janeiro e São Paulo. Neste período, em Florianópolis existia a oferta de alguns cursos superiores que eram os cursos de Direito, Ciências Econômicas, Odontologia, Medicina, Farmácia, Filosofia, Serviço Social e Engenharia Industrial, lecionados em faculdades isoladas os quais mais tarde se constituíram na Universidade Federal de Santa Catarina – (UFSC), criada em 1960 e instalada oficialmente nos inícios de 1962 (LIMA, 2009).

De acordo com Gumbowaky (2014, p.93) a Lei Federal nº 4.024/61, em seu artigo 107, concedeu estímulo às fundações educacionais ao mencionar que:

O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a redução dos auxílios ou doações comprovadamente feitas a tais entidades

A Lei Federal nº 5.540/68, no seu artigo 2º, dispõe que “o ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado

Apesar das Leis Federais nº. 4.024/61 e nº. 5.540/68, estabelecerem na reforma universitária que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades, no contexto catarinense, o que prevaleceu foi o crescimento das instituições isoladas de ensino superior, pois frente a esse contexto, começou-se a delinear as primeiras iniciativas com vistas à criação de instituições de ensino superior isoladas em Santa Catarina (GUMBOWAKY, 2014).

Esse processo teve início em 1964, desencadeando iniciativas irreversíveis de: interiorização da oferta de ensino superior; democratização das oportunidades de acesso a cursos superiores de formação profissional; formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais; constituição de um corpo de professores capacitados, selecionados segundo os critérios exigidos pelo Conselho Federal de Educação; instalação de uma infraestrutura de ensino qualificada; e disseminação, por todo o Estado, de equipamentos



laboratoriais e de bibliotecas especializadas (GUMBOWAKY, 2014).

Sendo que devido ao avanço das fundações educacionais pelo interior do estado se Santa Catarina, em 1974 nasce a ACAFE - Associação Catarinense das Fundações educacionais, a qual foi pensada como uma entidade capaz de congrega e integrar as fundações educacionais na busca do fortalecimento, ordenação, das articulações e do planejamento de um sistema de Ensino Superior regionalizado no estado (LIMA, 2009).

Entre os traços que distinguem as instituições do estado de Santa Catarina, estão a sua origem, a partir da organização da sociedade civil organizada e do poder público municipal, ao qual pertence o patrimônio, não estão voltadas para o lucro, e tem seus resultados econômicos financeiros destinados ao reinvestimento nas próprias universidades. Ainda como características significativas, aponta-se a inserção com a comunidade, interagindo com os seus diversos segmentos e o fato se seus órgãos deliberativos superiores serem compostos por representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos) e da comunidade regional (SCHMIDT, 2010)

Também se diferencia, em relação a direção das universidades, o controle administrativo e financeiro realizado pela mantenedora que é sua fundação de direito privado, de associação ou sociedade civil, sendo os dirigentes eleitos pela comunidade acadêmica e por representantes da comunidade regional, onde a direção eleita é constituída por docentes da universidade (SCHMIDT, 2010)

As fundações educacionais existentes no estado e, por consequência, as universidades delas originadas, têm como mola propulsora e como base de atuação o envolvimento com sua região e a intenção/missão de agente de desenvolvimento regional. Estas universidades, através dos tempos têm sido parceiras constantes das comunidades de suas regiões em todo o processo de melhoria da qualidade de vida e de desenvolvimento, em todos os âmbitos das realidades microrregionais, quer no setor econômico propriamente dito, quer na ambiência humana e social (LIMA, 2009).

Desta maneira, estas universidades comunitárias podem ser entendidas como a ampliação dos espaços do setor público através da mobilização cultural e política da população, que se sentem excluídas pelas políticas públicas, onde os deveres e direitos da educação devem ser discutidos. Podendo ser a função missão de preencher a ausência da ação do Estado, fazendo o papel do estado e governo, a característica essencial das universidades comunitárias (FRANTZ 2004).

2.2 A LUTA E CONQUISTA PELO RECONHECIMENTO DE UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

A luta das associações das universidades para serem reconhecidas pelo seu trabalho e terem o reconhecimento da sua condição especial, quanto a sua natureza jurídica, foi constante e, vem ao longo da sua história de formação, fazendo que nas últimas décadas, surgissem diferentes iniciativas, apoiadas no marco jurídico constitucional e legal, com a função de promover a educação universitária. Dentre essas iniciativas nasceu e se estruturou uma organização 'nova', contendo novas forças e novos significados sociais, que a diferencia das demais universidades, autodenominada de universidade comunitária, experiência fundante de uma natureza pública não estatal, (FRANTZ, 2004).

O adjetivo comunitário, mesmo que já utilizado no marco jurídico legal da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que define e dispõe sobre o ensino superior Brasileiro, causa, no entanto, ainda debates e dúvidas e permite usos diferenciados. Ainda não se consegue ter um termo restrito e fechado, propiciando a definição de um conceito de interpretação única. Desta maneira, o uso para definir universidades comunitárias é empregado na prática, tanto pelo grupo das universidades confessionais,



quanto pelas oriundas da organização de comunidades regionais, enquanto iniciativas da sociedade civil, sem vinculação às Instituições de Igrejas ou grupos privados (FRANTZ, 2004).

Na primeira década do século XXI, com o processo de discussão da reforma Universitária desencadeado em 2004, as universidades comunitárias pedem a substituição da díade público/privado pela tríade público/comunitário/privado e obtiveram êxito parcial. O projeto encaminhado estabelece três categorias de instituições de ensino superior: públicas, comunitárias e particulares (SCHMIDT 2010).

Estas instituições têm como característica não possuir fins lucrativos e ter que aplicar o excedente dos recursos disponíveis na área da educação e em suas atividades acadêmicas, e ainda estar voltada aos serviços da comunidade, pois não buscam remuneração pelo capital investido (FRANTZ, 2004). Para o autor supracitado “Tanto a Constituição de 1988, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e o Decreto N° 2.306, de 19 de agosto de 1997, consagram o conceito e as responsabilidades das universidades comunitárias, no contexto do ensino superior brasileiro” (FRANZ, 2004).

No ano de 2009, através de suas entidades representativas, as instituições comunitárias de ensino superior, em conjunto, fazem um manifesto direcionado às autoridades brasileiras, especialmente aos parlamentares que integram a Frente parlamentar Mista de Defesa das Universidades comunitárias, para manifestar sua posição em favor da formulação de um Marco Legal das Instituições Comunitárias. A partir deste documento, ocorre movimentação no congresso nacional com o apoio de diversos parlamentares e então, foi construída uma proposta de Lei ainda no ano de 2010, sendo em 13 de julho de 2010 a data oficial do protocolo oficial na câmara dos Deputados do projeto de Lei das Instituições Comunitárias PL 7639/2010, que passa a ser conhecido PL DAS COMUNITÁRIAS.

Após passar pelas diversas comissões, o Projeto de Lei - PL 7639/2010 foi aprovado na câmara dos deputados em novembro de 2012, em todas as comissões o PL obteve apoio unânime, ficando evidenciado que se trata de um assunto de interesse de toda a sociedade. Em seguida o projeto foi encaminhado ao senado com a expectativa de conclusão dos tramites em 2013 (PLC 01/2013 APROVADO NO SENADO). Em outubro de 2013, o projeto de lei das comunitárias foi aprovado no Senado Nacional,

Desta maneira, após duas audiências na casa civil, dias 30 de outubro e 12 de novembro de 2013, a Lei das Comunitárias foi publicada em edição extra do diário oficial da União no dia 12 de novembro de 2013, conforme notícia publicada na página das comunitárias, ABRUC Associação Brasileira das Universidades Comunitárias

A lei 12.881 de 12 de novembro de 2013, dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, e, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.

2.3 AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE ENSINO SUPERIOR QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO REGIONAL

A relação que existe entre a educação e o desenvolvimento é evidenciado pela literatura econômica a qual demonstra que a educação é fator relevante para o crescimento e desenvolvimento de uma nação, tendo estas evidências, origem em Adam Smith no livro A riqueza das Nações publicado em 1776, onde consta que a acumulação de conhecimento era o instrumento que propiciava o aumento de produtividade ao trabalhador, e este conhecimento denominado de capital social (ROLIM; SERRA 2009).

As instituições de ensino superior estão inseridas nos contextos do desenvolvimento das regiões como agentes fundamentais do processo, devido serem agentes geradores de novos conhecimentos e da formação de capital humano, por meio das principais funções das



universidades, formação educacional e pesquisa, as quais estão atreladas as suas demais funções secundárias, é que as IES assumem o papel de agentes dinamizadores no processo de desenvolvimento regional (SIRQUEIRA; FERRAZ, 2014)

Por intermédio das diversas formas de interações que promovem as universidades com a comunidade local, ocasiona-se efeitos que contribuem para o desenvolvimento regional. Esses efeitos se fazem sentir através da geração de capital humano por meio do ensino, da difusão do conhecimento por meios das pesquisas, da prestação de serviços realizados à sociedade por meio da extensão (BOVO (2003).

Sirqueira e Ferraz (2014, p. 3) dizem que,

Os efeitos de uma universidade vão muito além dos tradicionais impactos na criação do capital humano e do conhecimento. Decorre também de sua influência fatores outros, tais como, o volume de investimentos em capital físico, em construção e manutenção de edifícios, laboratórios nas regiões onde estão inseridas.

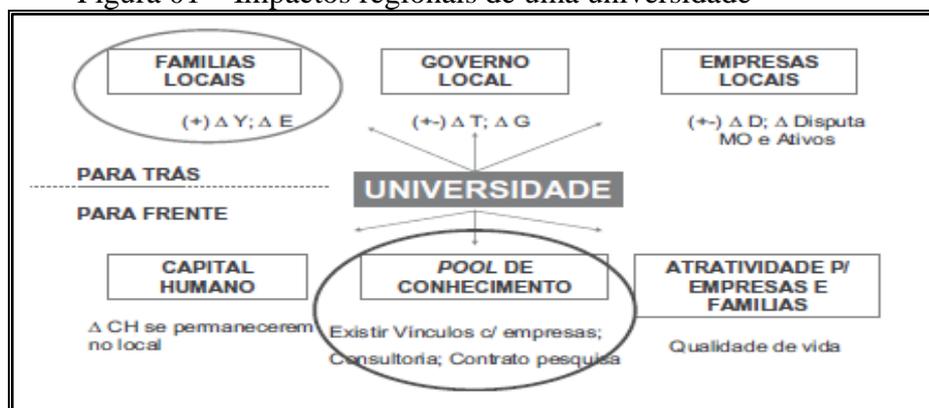
No cenário atual em que a sociedade vive, o qual é caracterizado por cobranças e pressões externas para que ocorram práticas sociais que demonstrem a responsabilidade social das empresas, estão presentes também as Instituições de Ensino Superior (IES), as quais estão focadas na educação, sendo que estas instituições são vistas como formadoras de competências possuindo o papel de formar seus acadêmicos tanto para aspectos sociais quanto econômicos (REIS; BANDOS, 2012).

Desta maneira, em função das transformações ocorridas, as universidades vêm ganhando cada vez mais importância e se constituindo como importantes agentes de promoção do desenvolvimento, além de ofertarem conhecimento nas diversas áreas e, formando profissionais para atuarem no mercado de trabalho, podem possibilitar à população o acesso às inovações científicas (SIRQUEIRA; FERRAZ, 2014). Para Reis e Bandos (2012, p. 424) “cabe às universidades trazerem ao conhecimento dos seus alunos os problemas da sociedade em geral, e de forma particular da sua região ou cidade, para que através destes possam ser criadas soluções viáveis, inovações e a responsabilidade com a sociedade de forma geral”.

As universidades vêm recebendo uma atenção crescente nos últimos anos, no que diz respeito a serem agentes do desenvolvimento regional, sendo consideradas como um elemento chave do processo. Com a compreensão nas últimas décadas, de que as inovações têm papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, houve uma preocupação crescente com os condicionantes dessas inovações (ROLIM; SERRA, 2009).

Na figura 01 a seguir, verifica-se a representação de como ocorrem os impactos das ações das Universidades, para a promoção do desenvolvimento regional onde atuam.

Figura 01 – Impactos regionais de uma universidade



Fonte: Serra; Rolim (2009).



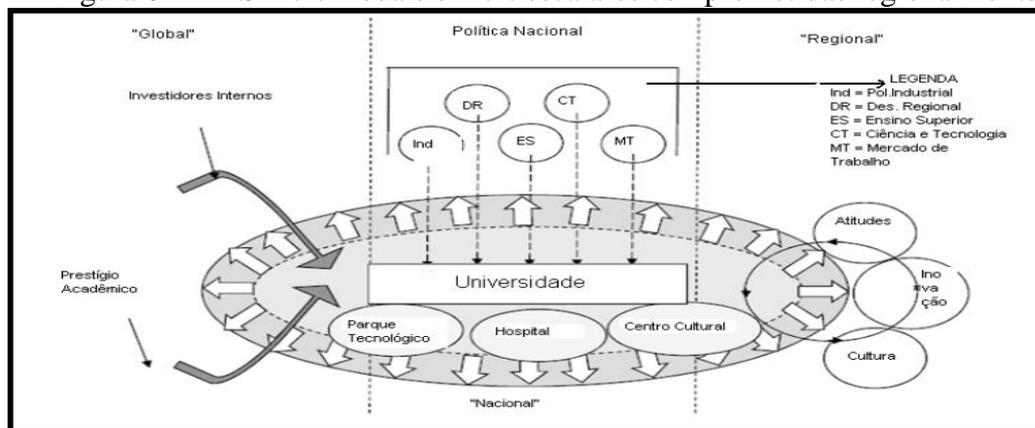
A figura 01 demonstra a universidade como agente central para o desenvolvimento regional, onde por trás das universidades existem as famílias, o governo e as empresas da região, com as atividades das universidades existem a melhor capacitação das pessoas o que denomina-se capital humano, podendo existir polos de conhecimento o que consegue assim demonstrar atratividade para estabelecimento de empresas e famílias.

A interação de um sistema institucional nos territórios é caracterizada por densas redes de relacionamentos, onde envolvem-se as universidades, as entidades de classes organizadas e o governo local, de modo que assim consigam aplicar com eficiência os recursos disponíveis. Cabendo assim as Instituições de Ensino Superior (IES) um papel fundamental para que ocorra este desenvolvimento, pois constituem-se uma das fontes de suporte para a construção de regiões e países desenvolvidos. Esta ação é constituída por características muito particulares do ambiente em que estão inseridas, apresentando estrutura, objetivo, e inserção comunitária distinta (FLECK, 2011).

As universidades ainda contribuem com o desenvolvimento, através de ações que as vezes não são mensuradas, como organização de eventos onde os temas estão vinculados as necessidades da comunidade local e o acesso aos acervos bibliográficos os quais geralmente são os mais expressivos da região. Também existe a contribuição na vida cultural da região, onde nas cidades de pequeno porte estas atividades geralmente são limitadas, vinculadas a atividades culturais, como as exposições de obras de arte e o incentivo a preservação o patrimônio cultural (GUMBOWAKY, 2014)

A figura 02 a seguir, demonstra os impactos que podem gerar as universidades para o meio onde se localizam, sendo que o padrão acadêmico e a sua capacidade de geração de conhecimento estão a serviço de soluções dos problemas regionais. Demonstrando a universidade como um motor propulsor do desenvolvimento regional.

Figura 02 – IES multimodais e multiescalares comprometidas regionalmente



Fonte: Rolim (2009) ARBO; BENNEWORTH (2007)

Na figura acima, verifica-se que por meio dos possíveis investidores internos e o prestígio acadêmico nas universidades, as mesmas podem contribuir com as regiões de atuação, através da criação e gestão de parques tecnológicos, hospitais e centros culturais, os quais incentivados por políticas nacionais, desenvolvem polos industriais, desenvolvimento regional, formação de ensino superior, pesquisas em ciência e tecnologia melhorando a preparação para o mercado de trabalho, propondo assim para a comunidade novas atitudes, inovação e cultura.

Para Rolim (2009, p. 694), “Esses trabalhos levam em conta os gastos realizados pelas universidades com o pagamento de professores e funcionários, as compras de material e toda a sorte de pagamentos realizados por elas sobre a economia da região em que estão instaladas”.



Sendo que estes impactos podem ser subdivididos em:

- Impactos sobre as famílias (acréscimos de rendas em decorrência de pagamentos diversos e dos efeitos multiplicadores decorrentes);
- Impacto sobre os governos locais (aumento da arrecadação, mas também maior demanda sobre bens públicos de infraestrutura);
- Impacto sobre as empresas locais (aumento da demanda, mas também concorrência no mercado de compra de fatores de produção)

Pode-se dizer que para o êxito territorial, ou seja, o pleno desenvolvimento da região, é fundamental que se trabalhe questões como: quadros coletivos de ação sólidos; constituição de redes internas e externas; visão consensuada de futuro e, como resultante, densidade e qualidade das interações entre atores através de instituições sólidas e ativas (FLECK, 2011).

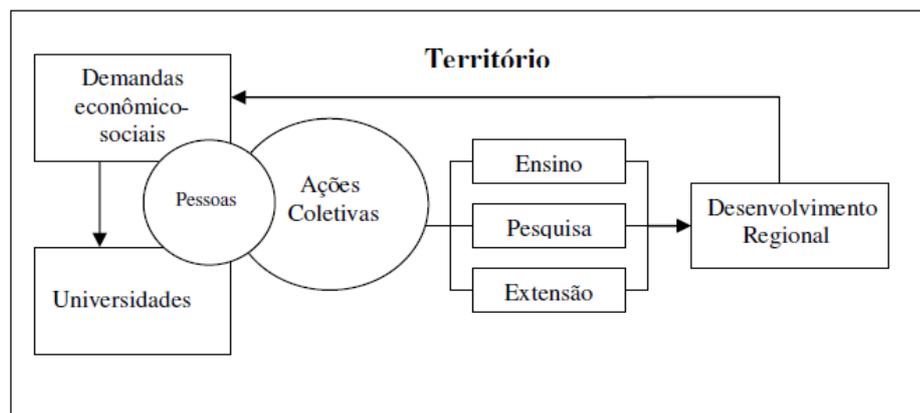
O desenvolvimento local das atividades comerciais gerada pelo aumento do consumo de alunos, docentes e funcionários, bem como o aumento dos negócios imobiliários no entorno das universidades, também pode constituir-se numa contribuição da universidade para o desenvolvimento regional ou local também é outra maneira de contribuição destas instituições, pois com o desenvolvimento das IES passam a atrair uma grande comunidade acadêmica, concentradas a seus arredores, bem como demandar que se tenha novas ofertas de produtos e serviços a atender as necessidades originadas pelos cursos e pelos acadêmicos (GUMBOWAKY, 2014).

Para Fleck (2011) os vetores para o desenvolvimento regional estão vinculados as Instituições de Ensino Superior, sendo estes:

- o vetor qualificação, que somente se dá a partir de um ensino de qualidade;
- o vetor progresso que somente será constituído com direcionamento forte para a pesquisa;
- vetor mudança que se dá com projetos de extensão bem direcionados para o conjunto de necessidades da região e da universidade.

O modelo estruturado por Fleck (2011) sugere que por termos no país e no mundo regiões heterogêneas, tanto em termos de composição como em termos de desenvolvimento, as necessidades com relação à qualificação, progresso ou mudança tende a variar, e, esse modelo somente pode se apresentar como um ciclo que se mantém em constante desenvolvimento no qual as necessidades das regiões vão determinar qual terá maior ênfase inicial. O esquema gráfico deste modelo pode ser visualizado na figura 03 a seguir:

Figura 03 - Modelo teórico – inserção da tríade ensino pesquisa extensão no desenvolvimento regional



Fonte: FLECK (2011).



De acordo com o modelo proposto, a força estruturante das competências para o êxito territorial se dá a partir do indivíduo, e as universidades, tornam-se instituições pela ação individual na ação coletiva que as legitima como fonte apta a auxiliar no desenvolvimento de uma região. Essa ação individual é o ponto fundamental. Portanto, os três vetores – qualificação, progresso e mudança – somente se desenvolvem com indivíduos que trabalhem por eles (FLECK, 2011).

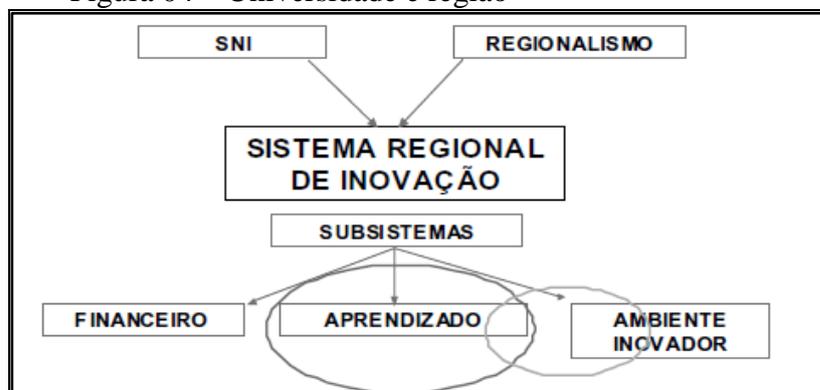
As demandas econômico-sociais de um determinado território devem ser diagnosticadas pela universidade e, a partir dos indivíduos pertencentes à IES e a sociedade, eles definem ações coletivas que irão nortear a tríade ensino-pesquisa-extensão, e suas prioridades para atingir o desenvolvimento regional. Sendo que os resultados obtidos com as ações coletivas, e conseqüentemente, com a qualificação, progresso e mudança gerarão um novo cenário territorial, do qual emergirão novas demandas a serem diagnosticadas, as quais necessitarão de diferentes ações da tríade, formando um fluxo contínuo de demandas-ações desenvolvimento (FLECK, 2011).

Com o ambiente institucional, a partir da interação dos diversos atores sociais, reflete-se os diferentes graus de desenvolvimento das regiões. Não se devendo se pensar apenas na instalação da Universidade ou simplesmente a instalação de uma empresa isolada. Deve ser pensando na forma como os atores interagem, construindo uma rede de cooperação para fortalecer o surgimento de um ambiente favorável à instalação de novos negócios, de um governo eficiente e eficaz, e de uma universidade sintonizada com as questões locais (MAGALHÃES et al, 2012).

Um sistema regional de inovação pode ser caracterizado por uma região onde exista meios de ligações e comunicação interativas entre os agentes propulsores do desenvolvimento, compreendendo que este conjunto de agentes é construído por universidades, laboratórios de pesquisa básica, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologia, organizações regionais de governança, públicas privadas, (p.ex., associações comerciais, câmeras de comercio), organizações de treinamento vocacional, bancos, empresários dispostos a desenvolver novos produtos em parcerias de risco, pequenas e grandes empresas interagindo (ROLIM; SERRA, 2009)

Na figura 04 a seguir, demonstra-se a formação de um sistema regional de inovação, o qual é composto pelos subsistemas aprendizado, ambiente inovador e financeiro o qual pode ser proporcionado com a contribuição das universidades regionais.

Figura 04 – Universidade e região



Fonte: Rolim; Serra (2009)

Na figura 04 percebe que por meio de um sistema regional de inovação, o qual pode ser proporcionado pelo SNI – Sistema nacional de inovação e o regionalismo, pode ser melhorado nas regiões nos subsistemas que denomina financeiro com a melhor circulação de renda, aprendizado com a formação qualificada e proporcionando um ambiente inovador.



Para Rolim e Serra (2009, p. 91) pode-se distinguir duas trajetórias claras que envolvem o papel das universidades como agentes que desempenham o desenvolvimento regional, sendo que a distinção entre ser e estar na região faz diferença para o desenvolvimento regional.

- Na primeira, a universidade simplesmente se localiza na região, se caracteriza por um reduzido número de vínculos e compromissos com a região e com o seu desenvolvimento e o produto do seu trabalho está direcionado para o contexto nacional e/ou internacional.
- Na segunda trajetória, a universidade demonstra ter um forte impacto no processo de desenvolvimento regional, estabelece vínculos e compromissos intensos com o futuro da região e o produto do seu trabalho, além de ter como referência a qualidade acadêmica universal, está voltado para a superação das questões da região.

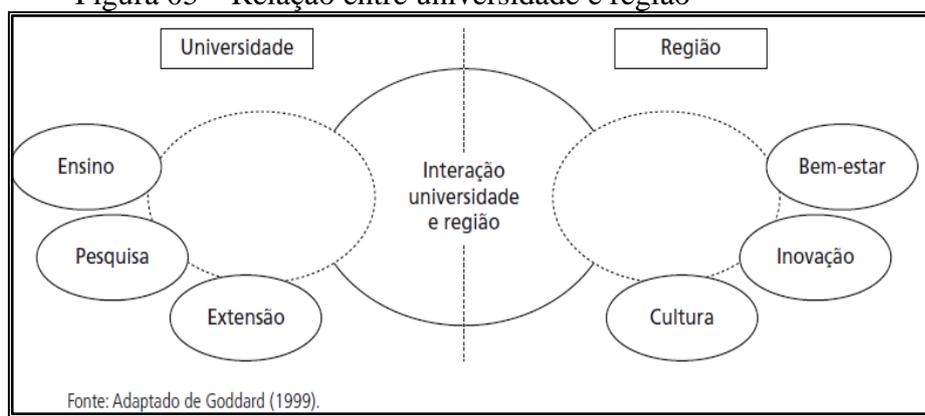
2.4 AÇÕES QUE CONTRIBUEM COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

Por intermédio dos vínculos estabelecidos entre as instituições de ensino superior e a comunidade regional ocasionam um forte impacto no processo de desenvolvimento e crescimento das regiões à medida que estes relacionamentos possuam compromissos voltadas para a superação das questões e problemas da região em que estão inseridas (ROLIM; SERRA, 2009).

Os procedimentos de interação com a comunidade regional podem estar entre uma simples associação do nome da instituição a uma ação regional como pela prestação de serviços a comunidade, como por ações mais complexas em que pode ser destaca a pesquisa, geração de capital humanos ou interação para a formação de bases industriais regionais e mecanismos de geração de difusão de inovações (CALDARELLI; CAMARA E PERDIGÃO, 2015)

Na figura 05 a seguir, demonstra-se que a universidade por intermédio do ensino, pesquisa e extensão promovem a interação com a região promovendo o bem-estar, inovações e valorizando a cultura.

Figura 05 – Relação entre universidade e região



Fonte: Caldarelli; Camara; Perdigão (2015)

Desta maneira entende-se que as atividades de pesquisa e extensão, demonstram com mais evidências a inserção das instituições junto à comunidade regional de atuação, demonstrando a responsabilidade social das instituições de ensino superior com desenvolvimento regional.

Juntamente com a missão institucional as universidades incorporam o seu tripé



pesquisa, ensino e extensão que gira em torno da produção e transmissão do conhecimento, com objetivo da formação dos cidadãos. As atividades de extensão permitem a intervenção direta na realidade regional, sendo capazes de articular pesquisa e ensino num único processo, com vias à libertação do indivíduo num cenário marcado por intensa globalização e, por conseguinte, passível de perder os genuínos valores culturais (BRASILEIRO; GONÇALVES; TARGINO, 2014)

De acordo com Ribeiro (2011, p. 87)

“A extensão universitária é um mecanismo que a academia pode fazer uso de diversas formas: realizando ações de prestação de serviços à comunidade universitária e de seu entorno; oferecendo atendimento à comunidade e levando seu conhecimento por meio de cursos, seminários, laboratórios; e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”.

A relação entre a universidade e a sociedade se viabiliza por meio da extensão a qual é o elo que articula o tripé ensino, pesquisa e extensão. Por meio da extensão que ocorre a aproximação, a integração e a parceria da universidade e da comunidade, da ciência e dos saberes popular e cultural, resultando em novos conhecimentos para a sociedade (SANTOS JUNIOR, 2013)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base no princípio da interação das IES como agentes propulsores do desenvolvimento regional, propõe-se neste trabalho de pesquisa, realizar um estudo sobre as universidades comunitárias, pertencentes ao sistema ACAFE, sobre a interação dessas Instituições com a comunidade regional de atuação, tentando evidenciar suas formas de envolvimento com a comunidade.

Delimita-se como locus de estudo da pesquisa IES com as seguintes características:

- ✓ Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES)
- ✓ Universidades;
- ✓ Pertencentes à ACAFE;

O presente trabalho se caracteriza como interdisciplinar, por compreender uma pesquisa que estará apresentando a ligação com várias disciplinas. Segundo Philippi Junior e Neto (2011, p 40) “ Interdisciplinaridade é a Aximática comum de grupo de disciplinas conexas, definida em nível ou subnível hierárquico imediatamente superior, o que introduz uma noção de finalidade”.

Ainda de acordo com Philippi Junior e Neto (2011 p. 50)

Interdisciplinar é a interação existente entre duas ou mais disciplinas, podendo ir da simples comunicação de ideias até a integração mutua dos conceitos diretos, da epistemologia, da terminologia, metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino a elas relacionados.

Desta maneira por entender que o presente trabalho possui inter-relacionamento com as seguintes áreas do conhecimento, ciências econômicas, história, sociologia, ciências políticas, administração entre outras, caracteriza-se este trabalho de pesquisa como interdisciplinar. Com relação a Natureza da pesquisa, entende-se ser uma pesquisa de natureza aplicada, com o método dedutivo, procedimento este que se caracteriza por ser um mais concreto do pesquisador em face do fenômeno a investigar ALVES (2007).

Com relação aos objetivos, entende-se ser uma pesquisa descritiva e exploratória, onde a pesquisa exploratória tem como objetivo tornar mais explícito o problema e aprofundar as ideias sobre o estudo. Com a relação a ser descritiva é devido que este tipo de pesquisa



descreve as características de uma população ou de um fenômeno, ou até mesmo estabelece relações entre os fenômenos (ALVES 2007).

Com relação ao tipo identifica-se como uma pesquisa Bibliográfica Documental a qual é desenvolvida exclusivamente a partir de fontes já elaboradas, livros, artigos científicos, publicações periódicas, as chamadas fontes de papel. (ALVES 2007). Também pode ser caracterizada como uma pesquisa de Levantamento a qual possui como características a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecerem, onde proceder-se-á a solicitação de informação a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2008)

Referente a abordagem, entende-se ser uma pesquisa de método misto, onde segundo Creswell (2010, p. 27) “ é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativas e quantitativas. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo”. Para se obter a coleta de dados será realizada entrevista pré estruturada com dirigentes das entidades da comunidade organizada da região de atuação das Universidades, assim como dos dirigentes das ICES.

Com relação a pesquisa qualitativa entende-se como um meio para explorar e para se ter o entendimento do significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a determinados problemas sociais ou humanos (CRESWELL, 2010). Na pesquisa qualitativa o pesquisador procura captar a situação ou fenômeno em toda a sua extensão, trata de levantar possíveis variáveis existentes e na sua interação, o verdadeiro significado da questão, daí a experiência do pesquisador ser fundamental, (ALVES, 2007).

Referente a pesquisa quantitativa o entendimento é de que seja um meio de realizar testes em teorias objetivas, através de análises de relação entre variáveis. CRESWELL (2010). Sendo que com relação a concepção, entende-se ser uma pesquisa construtivista, a qual se caracteriza por ter como objetivo, confiar o máximo possível nas visões que os participantes têm da situação a qual está sendo estudada. Sendo a intenção do pesquisador, extrair sentido dos significados que os outros atribuem ao mundo, os pesquisadores geram ou indutivamente desenvolvem uma teoria ou padrão de significado. CRESWELL (2010).

Com relação a estratégia da pesquisa entende-se ser um estudo com procedimentos mistos concomitantes o qual segundo Creswell (2010 p. 39) “são aqueles em que o pesquisador converge ou mistura dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise abrangente do problema da pesquisa. ”

Em relação ao método entende-se ser uma pesquisa de métodos mistos com coleta sequencial de dados quantitativos e qualitativos, onde segundo Creswell (2010 p. 43) “o pesquisador baseia a investigação na suposição de que a coleta de diversos tipos de dados proporciona um melhor entendimento do problema da pesquisa”. Sendo que a pesquisa inicia com o levantamento amplo para poder generalizar os resultados para uma população e na segunda fase concentra-se em entrevistas qualitativas abertas visando a coletar pontos de vista detalhadas dos participantes.

As categorias para análise do desenvolvimento que as ICES contribuem com a região em que atuam terão com base as dimensões propostas por Rolim (2009) quando do cálculo do IIR índice de Inserção Regional, conforme a seguir:

- 1ª. Dimensão: Contribuição da Pesquisa à Inovação Regional - (Resposta às Demandas e Necessidades Regionais; Condições Estruturais para Promover a Pesquisa e a Inovação; Processos Facilitadores da Transmissão e Aproveitamento do Conhecimento)**



- 2ª. **Dimensão: Contribuição do Ensino e Aprendizagem ao Mercado de Trabalho e à Profissionalização** – (Territorialização do Processo de Aprendizagem; Atração de Estudantes e Emprego Regional; Promoção de Educação Contínua, Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional; Formas Alternativas de Ensino; Otimização do Sistema Regional de Aprendizagem)
- 3ª. **Dimensão: Contribuição ao Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental** – (Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Cultural; Sustentabilidade Ambiental)
- 4ª. **Dimensão: Capacitação Para a Cooperação Regional** – (Mecanismos para Promover o Envolvimento Universidade-Região; Promoção Conjunta do Diálogo e Iniciativas de Interesse Regional; Avaliação e Mapeamento do Impacto da Universidade; Capacitação Institucional Para o Envolvimento Regional; Gerenciamento dos Recursos Humanos e Financeiros; Criação de uma Nova Cultura Organizacional).

A proposta efetivada por Rolim (2009), devido à dificuldade de informações para o cálculo do IIR, foi a partir das informações relativas as atividades de extensão universitária, onde foi possível coletar informações que permitissem obter algumas indicações dos elementos presentes na segunda dimensão proposta inicialmente, (contribuição do ensino e aprendizagem ao mercado de trabalho e à profissionalização) e terceira dimensão (contribuição ao desenvolvimento social, cultural e ambiental) apresentadas no item anterior.

Procedimentos para cálculo do Índice de Inserção Regional das ICES

Para definir o índice de inserção Regional (IIR) das ICES, serão utilizados os Índices de inserção regional das instituições de ensino superior aplicado por Rolim (2009). Ao calcular o IIR das universidades federais, a proposta inicial do cálculo do IIR, considera as quatro dimensões de impacto de uma IES sobre a região em que ela está inserida, subdivididas como segue. Para a pesquisa proposta será acrescida uma quinta dimensão conforme a seguir

- ✓ Primeira Dimensão – relativa aos projetos de extensão realizados e ao público atingido por esses projetos
- ✓ Segunda dimensão – Considera os cursos de extensão presenciais (com até 30 horas) e o número de alunos que eles atenderam e forma aprovados;
- ✓ Terceira dimensão – Considera os cursos de extensão a distância (com até 30 horas) e o público por ele atingido;
- ✓ Quarta dimensão – Considerada a prestação de serviços institucionais;
- ✓ Quinta dimensão – Programas de Pós-graduação lato e Stricto Sensu;

Para realizar a coleta das informações necessárias para o cálculo do IIR pretende-se, primeiramente fazer contato via ACAFE, com os dirigentes das 07 maiores universidades do sistema, tentando contemplar as mesorregiões do estado de Santa Catarina. Os dados iniciais serão coletados via instrumento preparado pelo pesquisador onde será solicitado as informações para cálculo do IIR com base no detalhamento das 05 dimensões, onde as informações serão coletadas nos relatórios das atividades desenvolvidos nos últimos cinco anos pelas Universidades Comunitárias, e se necessário far-se-á solicitação de informações adicionais para cada uma das Universidades, *locus* deste estudo, para atender as informações necessárias para cálculo do IIR.

Após a definição do IIR das Instituições Comunitárias de Ensino Superior, será realizada uma pesquisa qualitativa junto aos dirigentes das instituições de ensino, sendo que



este questionário visa compreender junto aos dirigentes as ações promovidas pela ICES junto a comunidade de atuação e se no entendimento deles existem a interação com a comunidade regional e se estão contribuindo com a promoção do desenvolvimento regional por intermédio de suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Também serão entrevistados os representantes das Associações empresarias dos municípios sedes das ICES de maneira a conversar em uma reunião conjunta com representantes do comércio, indústria e serviço, além do presidente da associação, visando verificar se as atividades praticadas pelas instituições e as propostas definidas e divulgadas por estas Instituições de Ensino são percebidas da mesma maneira pela comunidade organizada local e regional. Em síntese, esta pesquisa buscará avaliar se as ações e atividades de inserção comunitária divulgada pelas instituições de ensino são percebidas pelas entidades de classe e a sociedade organizada da região, como ações que efetivamente contribuem para o desenvolvimento do entorno da universidade e da comunidade.

A fórmula de cálculo do IIR será o seguinte:

$$I_{sd\ ij} = \frac{S_{dij} - X_{sdi\ minimo}}{X_{sdi\ máximo} - X_{sdi\ minimo}}$$

Sendo que:

$I_{sd\ ij}$ = Índice da subdimensão i na IES j

$X_{sd\ ij}$ = Valor que a subdimensão i assume na IES j

$X_{sd\ i\ máximo}$ = valor máximo que a subdimensão i assume no conjunto das IES

$X_{di\ mínimo}$ = Valor mínimo que a subdimensão i assume no conjunto das IES

Após o cálculo dos índices, chega-se ao índice agregado para a dimensão, que é a média aritmética simples desses i índices. O processo será repetido para cada uma das cinco dimensões consideradas se obtém o indicador procurado, o qual será denominado de Inserção Regional (IIR), o qual consiste na média aritmética simples das quatro dimensões. A fórmula final do índice para cada uma das j IES consideradas é a que segue:

$$IIR = \frac{I_{d\ 1} + I_{d\ 2} + I_{d\ 3} + I_{d\ 4} + I_{d\ 5}}{5}$$

O IIR irá variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior será o grau de integração com a sua região de uma IES.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

AS ICES desenvolvem ações visando contribuir para o desenvolvimento regional e local no estado de Santa Catarina. Porém, não foram encontrados estudos que apresentasse resultados sobre a percepção da comunidade externa, se as ações das ICES conseguem cumprir e atender as necessidades para promover o desenvolvimento regional.

Nesse contexto, o presente trabalho buscará levantar junto aos dirigentes das ICES e representantes da sociedade empresarial organizada, a percepção da atuação das ICES no estado de Santa Catarina. Com este trabalho pretende-se contribuir com apontamentos para os dirigentes da ICES, bem como para a rede ACADE, possíveis ações corretivas, e se ocorre a interlocução entre estes dois agentes, de maneira a pensarem em conjunto sobre o desenvolvimento e crescimento da região onde atuam.

Por intermédio do IIR, por meio das ações de pesquisa e extensão, pretende-se calcular o índice de inserção de ICES na comunidade, poderá ser evidenciado se as ações promovidas conseguem de alguma maneira inserir estas instituições no dia a dia das regiões



onde atuam e assim poderem contribuir com o desenvolvimento regional, seja ele econômico, social ou cultural.

Ainda por intermédio das entrevistas semiestruturadas com os gestores das ICES e com as associações empresarias dos municípios sedes das instituições, pretende-se evidenciar se, no entendimento de ambas as ações promovidas e a presença das ICES estão realmente contribuindo com o desenvolvimento regional e se isto é percebido pela ambas as partes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento que os objetivos propostos forem alcançados por este trabalho, as informações levantadas serão de grande relevância para as instituições de ensino comunitárias do sistema ACFAFE no estado de Santa Catarina, pois poderá contribuir para o planejamento das mesmas. Se as ações desenvolvidas pelas instituições contribuírem para o desenvolvimento regional, e são percebidas desta maneira pela sociedade organizada local, poderá contribuir com a revisão das estratégias institucionais, dando maior ênfase nas suas ações ou reorganizando as novas ações para efetivar o seu papel comunitário que está posto em sua missão, visando o desenvolvimento regional.

O presente trabalho demandará várias viagens pelo interior do estado de Santa Catarina, para visitar as ICES e as associações empresarias, no intuito de demonstrar o papel das instituições para o desenvolvimento regional, e possibilidade de apontar melhorias na interlocução entre as ICES e a comunidade regional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias: um roteiro passo a passo**. Rio de Janeiro: Elsever, 2007.

BRASILEIRO, Sá Fellipe; GONÇALVES, Eveline Filgueiras; TARGINO, Maria das Graças. Novas perspectivas para a responsabilidade Social Universitária – Reflexão sobre o Projeto de educação popular e apoio a saúde da Família. Universidade federal de Teresina. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 3, art. 8, p. 208-229, jul./set. 2014 ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12819/2014.11.3.8>>. Acesso em: 10 Mar. 2016.

BITTAR, Mariluce . **O Ensino Superior privado no Brasil e a Formação do Segmento das Universidades Comunitárias**. Universidade Católica Dom Bosco. Pagina comunitária. Disponível em <http://www.comunitarias.org.br>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

BOVO, J.M (Org.). **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2003.

CALDARELLI, Carlos Eduardo; CAMARA, Marcia Regina Gabardo; PERDIGÃO, Claudia - **Instituições De Ensino Superior E Desenvolvimento Econômico: O Caso Das Universidades Estaduais Paranaenses**. Rev. planejamento e políticas públicas | pp | n. 44 | jan./jun. 2015

CRESWEL, John W, **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto/** John W Creswel; Trad Magda Lopes; consultoria, Superv e revisão – Dirceu da Silva 3 ed – Porto Alegre – 2010



Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização: Edison Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FLECK, Carolina Fred do. A tríade ensino-pesquisa-extensão e os vetores para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional • G&DR • v. 7, n. 3, p. 270-298, set-dez/2011, Taubaté, SP, Brasil**

FRANTZ, Walter. **Universidade Comunitária.** Uma iniciativa pública não-estatal em construção, 2004. Disponível em: <<http://www.comunitarias.org.br/>> Acesso em: 10 Jan. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA, Márcio Nakayama. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Revista Expectativa Secretariado Executivo**, Unioeste. v. 3, n. 3, p. 35-47, 2004.

GUMBOWAKY, Argos. Instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. **Revista Univap** revista.univap.br São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 36, dez. 2014. ISSN 2237-1753

LIMA, Luiz Gonzaga de. **Contribuições das Instituições de Educação Superior da Associação catarinense de fundações Educacionais** A Santa Catarina e ao Brasil. Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais. João Pedro Schimit, Org. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009

MACHADO, Ana Maria Neto. **Universidades Comunitárias:** Um modelo brasileiro para interiorizar a educação superior – Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais/org João Pedro Schimit. Santa Cruz do Sul: Edunisc-2009

MAGALHÃES, Aline Duarte Dantas; MARTINS, Juliana Borges; RIBEIRO, Hilton Manoel Dias; SILVA, Fernanda A. G. Honorato. A universidade e o desenvolvimento regional: o caso da UFVJM - FAPEMIG – **Anais ... XV Seminário Economia Mineira – Diamantina – ago/ 2012**

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; NETO, Antonio J Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia & Inovação.** Barueri SP: Manole, 2011

REIS, A. L; BANDOS, M. F. C. A responsabilidade social de instituições de ensino superior: uma reflexão sistêmica tendo em vista o desenvolvimento. PUC Minas – campus Poços de Caldas **Revista Gestão & Conhecimento** ISSN 1808-6594, Edição Especial – Nov/2012.

RIBEIRO; Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos:** pesquisa em extensão universitária, Brasília, v.15, n.1, jul, 2011

ROLIM, Cássio; SERRA, Mauricio. Instituições de Ensino Superior e Desenvolvimento Regional: O Caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 87-102, set./dez. 2009.



ROLIM, Cassio; SERRA, Mauricio. **Ensino superior e desenvolvimento regional: avaliação do impacto econômico de longo-prazo**^{14*} Artigo recebido em março/2009 e aceito em junho/2009

ROLIM, Cassio. **Índice de inserção regional das instituições de ensino superior.** Disponível em: <<http://aplicativos.fipe.org.br/enaber/pdf/98.pdf> > e <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf> >. Acesso em: 10 Mar. 2016.

SANTOS JUNIOR, Alcides Leão. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes.** 2013. 248 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2013.

SIRQUEIRA, Fabiane Jesus Santos; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. **A universidade como fator de desenvolvimento regional disponível em** <http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2015/arquivos/13.pdf>. Acesso em: 25 Abr. 2016.

SCHMIDT, João Pedro. O Comunitário em Tempos de Público não Estatal. **Avaliação, Campinas;** Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010 Pagina comunitárias <<http://www.comunitarias.org.br/>>. Acesso em: 10 Jan. 2016.

VOGT, Paulo Olgário – Capital Social e Instituições Comunitárias no Sul do Brasil - Instituições comunitárias: instituições públicas não estatais/org. João Pedro Schimit – Santa Cruz do Sul: Edunisc-2009.

PL DAS COMUNITÁRIAS É APROVADO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS - Disponível em <<http://www.comunitarias.org.br/>> Acesso em: 10 Jan. 2016.
PLC 01/2013 APROVADO NO SENADO - Disponível em <<http://www.comunitarias.org.br/>> Acesso em: 10 Jan. 2016